



CONTRATO 19/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023

DATA: 22/12/2023

VALOR: R\$ 490.000,00

Pelo presente instrumento contratual, de um lado a **CAMARA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.600.371/0001-04, com sede a Rua Carlos Gomes, nº 999 – Jd. Jafet - Cordeirópolis, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Presidente, **José Antônio Rodrigues**, Brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.235.414-5 e do CPF/MF nº 924.997.088-91, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado, a empresa **RIOLE ELETRÔNICA LTDA** com sede à Rua Luiz Andreta nº 209, na cidade de Colombo/PR, neste ato representada pelo Senhor Eloi Antonio Moro, brasileiro, portador do CPF nº 080.678.569-15 e do RG nº 7684169, a seguir denominado simplesmente **CONTRATADO**, por este instrumento resolvem contratar a prestação de serviços, mediante condições a seguir clausuladas:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a aquisição de Sistema de áudio, votação, painel eletrônico e acessibilidade para Câmara Municipal de Cordeirópolis, conforme especificações constantes do Termo de Referência

CLÁUSULA II - DA ENTREGA

2.1 - A entrega dos equipamentos deverá ser efetuada no prazo de 2 meses, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Contratante.

CLÁUSULA III - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

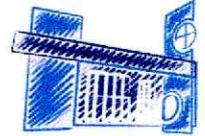
3.1 - O prazo de vigência do presente contrato será de 2 (dois) meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA IV - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - Para efeito de valor total deste contrato fica estipulado o valor estimativo de **R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais).**

4.2 - Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, em até 20 dias após o recebimento definitivo.

4.3 - A nota fiscal que apresentar incorreção será devolvida à Contratada e seu vencimento começará a fluir da data de sua reapresentação.



CLÁUSULA V - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta dos recursos da dotação 01.031.2000.2050.4.4.90.52.33 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, consignadas no orçamento vigente da Câmara, suplementadas se necessário.

CLÁUSULA VI - DA LEGISLAÇÃO

A legislação aplicada ao presente contrato é a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições das obrigações constantes do edital do Pregão Presencial n. 17/2023, e seus anexos, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem obrigações específicas da CONTRATADA:

I - Cumprir cabalmente com sua proposta, constante do processo licitatório, naquilo que não discrepar de quaisquer das cláusulas deste instrumento.

II - Cumprir durante a vigência deste contrato, todas as normas federais, estaduais e municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por encargos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

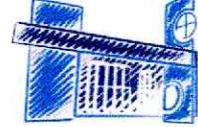
III - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

IV - Cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato.

V - Responsabilizar-se por toda a mão de obra empregada na prestação do serviço objeto deste contrato, a qual não terá nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, decaindo, assim, a imputação de qualquer obrigação trabalhista a esta.

VI - Assegurar que o pessoal que empregar para a execução do objeto ora avençado, não terá relação de emprego com a CONTRATANTE e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

VII - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada na prestação dos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer inclusive todas as verbas decorrentes de eventual rescisão de contrato com o pessoal empregado para tanto, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, civis, previdenciárias, fiscais e outras, assim



como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à realização da prestação do serviço ora contratado.

CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à CONTRATANTE:

I - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidas neste instrumento.

II - A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do objeto contratado, podendo, ainda, realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA.

III - Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

IV - Comunicar à CONTRATADA o descumprimento relativo a prestação dos serviços efetivado por qualquer empregado, inclusive que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício da função que foram atribuídas.

V - Permitir o livre acesso às suas instalações dos empregados da CONTRATADA devidamente identificados, sempre que se fizer necessário, exclusivamente para a prestação dos serviços relativos ao objeto deste contrato.

VI - Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES

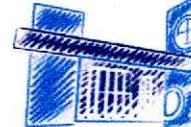
9.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes penalidades e sanções:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Cordeirópolis, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Câmara Municipal de Cordeirópolis.



9.2 - Se comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades aplicáveis.

9.3 - Aplicadas as multas, os valores correspondentes serão descontados, pela CONTRATANTE, do crédito a que fizer jus a CONTRATADA, ou cobrados judicialmente, na forma da legislação em vigor, garantida a ampla defesa.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - Este contrato será rescindido total ou parcialmente pela CÂMARA MUNICIPAL, de pleno direito, em qualquer tempo, isento de qualquer ônus ou responsabilidade, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, sem que o CONTRATADO, assista o direito a qualquer indenização, se este:

10.1.2 - Transferir, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia autorização da CÂMARA;

10.1.3 - Sem justa causa (a critério da CÂMARA), suspender a prestação dos serviços;

10.1.4 - Agir com dolo ou culpa ou mediante simulação ou fraude na execução do contrato.

10.1.5 - O CONTRATADO reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa, de acordo com o disposto no artigo 80, da Lei Federal nº 8666/93 e alterações.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

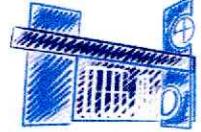
11.1 - Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato implica aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste instrumento e dos ajustes dele decorrente.

11.2 - Aplica-se, no que couber, o disposto no artigo 79, da Lei Federal 8666/93, bem como outros dispositivos legais previstos na aludida Lei.

11.3 - Para os casos omissos neste contrato prevalecerão as condições e exigências da respectiva licitação e demais disposições em vigor.

11.4 - O CONTRATADO assume a exclusiva responsabilidade pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas e previdenciários advindos da legislação vigente, sendo que o pessoal por ela designado para trabalhar na execução do objeto deste contrato, não terá vínculo empregatício algum com a CAMARA.

11.5 - O CONTRATADO fica expressamente proibido a subcontratação total ou



parcial deste contrato.

11.6 - O CONTRATADO assume total responsabilidade pela execução integral deste contrato, sem direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua proposta que decorrentes de erro ou omissão de sua parte.

11.7 - Prevalecerá o presente contrato no caso de haver divergências ente ele e os documentos eventualmente anexados.

11.8 - Fica eleito o foro de Cordeirópolis/SP, para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução deste contrato não resolvidos administrativamente.

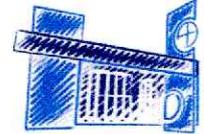
Lido e achado conforme assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as partes e as testemunhas.

Cordeirópolis/SP, 22 de dezembro de 2023.

Contratante

Contratado

Testemunhas:



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO **CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

CONTRATO Nº 19/2023

OBJETO: A presente licitação tem por objeto **aquisição de Sistema de áudio, votação, painel eletrônico e acessibilidade para Câmara Municipal de Cordeirópolis, conforme especificações constantes do Termo de Referência**

ADVOGADO(S):(*)

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

LOCAL e DATA: CORDEIRÓPOLIS, 22 DE DEZEMBRO DE 2023

CONTRATANTE

Nome e Cargo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura:

CONTRATADA

Nome e Cargo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura:

(*) *Facultativo. Indicar quando já constituído.*